



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º

11/2025

PROPOSTA

N.º 064/2025/DAF

Realizada em

07/05/2025

DELIBERAÇÃO N.º

260/2025

**ASSUNTO: ISENÇÃO DE IMT NA PRIMEIRA AQUISIÇÃO ONEROSA DE HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, POR JOVENS DOS 18 ANOS ATÉ AOS 35 ANOS NO MUNICÍPIO DE SETÚBAL REFERENTE AO PRÉDIO COM O ARTIGO MATRICIAL 2575, FRAÇÃO H DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL**

A Assembleia Municipal, mediante proposta da câmara municipal n.º 72/2024/DAF, aprovou o Regulamento de Isenção de IMT na primeira Aquisição Onerosa de Habitação própria e Permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, nos termos do n.º 2, do Artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI.)

Considerando que,

O Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição Onerosa de Habitação Própria e Permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, devidamente publicado em Aviso n.º 108/2025, de 17 de janeiro, 2.ª série - n.º 12, visa conceder a isenção do pagamento de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), vem o requerente, através de Requerimento apresentado e registado nesta Câmara sob o n.º 22052/24, requerer a atribuição da Isenção do IMT no valor de 1 639,65 €, conforme o Registo da Declaração do Modelo 1 do IMT com o n.º 2024/71287, referente à aquisição da primeira habitação própria e permanente na área geográfica do Concelho de Setúbal, do prédio inscrito na Matriz Predial Urbana sob o Artigo 2575, com a fração autónoma designada pela Letra "H" (correspondente ao 2º E), da União de Freguesias de Setúbal, pelo valor de aquisição de 95 000,00 € (parte ½), conforme o Documento Particular Autenticado de Compra e Venda do Imóvel e Mútuo com Hipoteca datado de 28 de fevereiro de 2024, realizado na Avenida 22 de Dezembro, n.º 6 (nas instalações do Banco Santander), pela Advogada Dr.ª Ana Maria Palma Correia, com Escritório na Avenida de Santa Maria, n.º 14 – 10º, no Barreiro.

Após análise ao presente Requerimento encontram-se reunidas as condições para a atribuição do benefício de isenção do pagamento de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), de acordo com o disposto nos Artigo 5.º e Artigo 8.º do Regulamento supra identificado.

Atento ao acima exposto, e ao abrigo das disposições legais suprarreferidas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar a atribuição da Isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis de acordo com o disposto nos Artigo 5.º e Artigo 8.º do Regulamento supra identificado.
  
- b) Mais se propõe que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta, para efeito do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

\_\_\_\_\_  
O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

\_\_\_\_\_  
O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por :        Votos Contra;        Abstenções;   11   Votos a Favor.

*Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro*

\_\_\_\_\_  
O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA

\_\_\_\_\_  
O PRESIDENTE DA CÂMARA